

O RESTO COMO CAUSA DO DESEJO NA OBRA “A TERCEIRA MARGEM DO RIO”

Alcivan Nunes Vieira¹

Karla Patrícia Holanda Martins²

Lia Carneiro Silveira³

RESUMO:

Este ensaio se propõe a discutir o resto como causa do desejo tomando como percurso a obra “A terceira margem do rio” de Guimarães Rosa. Sua tessitura está organizada na margem onde se encontram literatura e psicanálise, articulação esta que se faz presente na referida obra onde estão em jogo o desejo e um resto, como causa desse desejo, que é incapaz de ser todo coberto pela linguagem. Não existe a intenção de explicar o conto, ao contrário, a perspectiva é a de explorar a riqueza do que ele possa representar, extraindo dele significações que possam ilustrar o desejo como causa do sujeito inconsciente.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Desejo. Causa. Estudos de Linguagem. Literatura.

¹ Enfermeiro, doutor em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde (UECE). Docente da FAEN UERN. alcivannunes@uern.br <https://orcid.org/0000-0003-4222-6262>.

² Psicóloga, doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Docente associada da UFC. kphm@uol.com.br <https://orcid.org/0000-0003-3242-6287>.

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem (UFC). Docente do curso de psicologia da UECE. Integrante do Fórum do Campo Lacaniano de Fortaleza. silveiralia@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-3425-6525>

O senhor mire, veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. Guimarães Rosa, 1956, Grande Sertão Veredas

Este ensaio se propõe a discutir o resto como causa do desejo, tomando como percurso a obra "A Terceira Margem do Rio" da autoria de Guimarães Rosa. Sua tessitura está organizada na margem onde se encontram literatura e psicanálise, articulação esta que foi inaugurada por Freud e retomada em toda a sua obra, dado o seu potencial tanto na transmissão e no ensino quanto na pesquisa com a psicanálise (CAMPOS; CASTRO, 2014).

O texto que ora apresentamos se desenha na margem onde se encontram literatura e psicanálise. Portanto, o sujeito a que nos referimos não é equivalente ao indivíduo, ou a pessoa, mas sim, o sujeito do inconsciente. Este, assim como citado na epígrafe acima, não surge como uma unidade terminada no momento do nascimento, mas constitui-se a partir da ação da linguagem.

Para Lacan (1957/1958; 1999) o sujeito advém ao se fazer representar na cadeia simbólica por um traço significante que vai ser recolhido do conjunto disposto pelo Outro da linguagem. Essa operação chamada de "alienação" comporta sempre um resto, tendo em vista que a linguagem é insuficiente para recobrir o todo da experiência. É isso que escapa à apreensão languageira, ou seja, à possibilidade de vir a inscrever-se no psiquismo como representação, que vai funcionar para um sujeito como um resto que causa seu desejo e, da mesma forma, sua angústia. A produção deste resto expressa a marca da angústia localizada no cerne da experiência humana ao se tornar um ser de linguagem que depende das relações que aí se estabeleçam

Lacan (1964-1998) no seu estudo acerca disso que escapa a apreensão da linguagem, passou por várias denominações: o outro, o agalma, a anomalia, a coisa freudiana (FINK, 1988). Mas foi com a noção de objeto *a* que ele conseguiu formalizar o conceito apontando, inclusive, que esta seria sua contribuição original à psicanálise. Trata-se de uma elaboração complexa e que aparece em sua obra com definições diferentes, dependendo de sua localização e das relações que estabelecem com os outros conceitos. Assim, o objeto, para Lacan pode ser entendido como objeto recortado no corpo, objeto cedido ao Outro, objeto causa do desejo, objeto mais-de-gozar e objeto resto da operação de divisão do sujeito na entrada da linguagem (LACAN, 1954-1955/1985).

Isso porque, considerar esse resto como aquilo que escapa à linguagem, instiga a necessidade de se criarem ficções que bordejem e localizem este algo que não pode ser simbolizado plenamente e que, ao mesmo tempo, insiste em comparecer na experiência. Entendemos que esta necessidade pode ser abordada através do gênero literário da ficção e a este recurso nos apegaremos no intuito de delimitar e discutir o resto como causa do desejo do sujeito, tendo como suporte o conto de Guimarães Rosa “A terceira margem do rio” (ROSA, 1972).

Temos na obra deste autor uma ficção rica em capturas daquilo que causa o sujeito por meio de seus personagens e do seu enredo; a linguagem que ele utiliza caracteriza o esforço para registrar o limite do dizer ao se deparar com o indizível, criando vias de significação e de deslizamento dos sentidos aparentes.

Em nada este esforço descritivo conseguirá transpor a blindagem do não dito e muito menos imaginarizar aquilo que causa o sujeito; mas a nossa hipótese é que, ao empreender tentativas de evidenciar as fraturas constitutivas e irreparáveis do sujeito que se fazem presentes na linguagem e localizar o que se manifesta nessa hiância, poderemos elaborar algum saber acerca do que marca a relação do sujeito com o seu desejo.

Ficcional pode se constituir em um exercício de significação quando o recurso da palavra se torna o próprio limite do dizer; neste exercício, a criação tem como matéria prima as palavras, o dito, o silêncio e o que não pode ser dito (RIVERA, 2005).

A CAUSA DO DESEJO E SUAS MANIFESTAÇÕES NA LINGUAGEM

Para Freud o desejo consiste em um movimento retrógrado ordenado pelo traço mnêmico destinado a tentar re-encontrar aquilo que foi vivido como perda. É ele quem coloca o aparelho anímico em ação entrelaçando o presente, o passado e o futuro; como efeito de uma causa real o “[...] desejo enlaça um objeto constrangido por uma interpretação fantasmática [...]” (FREUD, 1900-1901/2001, p. 595).

Lacan, nos seus escritos e seminários dos anos 50 e início dos anos 60, se propôs a reler Freud a partir do estruturalismo para aproximar a invenção freudiana do inconsciente de uma experiência simbólica. Propõe que o inconsciente é estruturado como uma linguagem seguindo, portanto, uma lógica própria. Para Lacan (1960-1998) o desejo se esboça a partir da linguagem, em uma relação de saber parcial onde um significante mestre orienta a produção desejante. Logo, esse desejo

se articula através da demanda estando para além e aquém da mesma, aparecendo como efeito metonímico que desliza em uma cadeia significativa. Isto porque "o desejo se esboça na margem em que a demanda se rasga da necessidade" (LACAN, 1960-1998 p.828).

O desejo do sujeito não se consuma na vontade consciente porque é inacessível a esta; ele se situa fora do cognoscível e é a força motriz que produz os movimentos, as inércias e os laços sociais que o sujeito faz sem se dar conta, pois, o desejo é inconsciente (FLEM, 1994). O que tem primazia nessa lógica não são os significados, mas os significantes e as leis que regem suas combinações em cadeias. E se o inconsciente é estruturado como linguagem é na fala que podemos ter acesso aos seus rastros, às pistas que denunciam sua causa e às trilhas empreendidas para encontrar sua satisfação (LACAN, 1959/1960-2008).

O que não significa apreender esta fala como sendo a verdade e a significação plena do real. Acessar o inconsciente implica na destituição da consciência como fonte do saber assumindo que este é apenas suposto, que se trata de uma projeção significativa falha e enganosa (LACAN, 1957/1958, 1999). Pois, aquilo que é dito e apreendido conscientemente é, na verdade, uma barreira no acesso ao inconsciente; é na busca das falhas da linguagem e do que não foi dito que a vida psíquica pode ser contornada, nunca decifrada, uma vez que o que não foi dito em essência é indizível (FINK, 1998).

Este indizível possui manifestações que emergem na cadeia significativa produzindo novos signos que abrem torrentes de significação. Nos tropeços da língua o desejo do sujeito emerge em meio a metáforas e metonímias registrando algo que não pode ser dito sob a lógica da razão (FINK, 1998). Por isso podemos falar aí de causa, pois é naquilo que o sujeito fracassa em dizer que ele se indaga sobre a causa: por que eu disse isso? Por que me sinto assim? Como afirma Lacan (1964-1998, p. 27) "Só existe causa para o que manca". Lidar com esta causa exige um estranhamento da linguagem e uma constante atitude de duvidar da sua literalidade e da significação plena e acabada, assumindo o inevitável engano da cognição (ROUANET, 1985).

A linguagem é, portanto, uma travessia entre o dito e o não dito, entre o saber e o que não se sabe; ela age significando tudo e nada ao mesmo tempo sem se tornar

algo sem razão porque não cessa de beirar os ocos constitutivos da fala e do próprio sujeito (RIVERA, 2005).

Aventurar-se no intuito de capturar a causa do desejo tomada em seu estatuto inconsciente e na sua manifestação nas margens da linguagem significa assumir um desprendimento da significação produzida pela fala consciente; em uma via oposta, vamos empreender uma atitude de valorização do lapso e de tudo o que se manifesta como tropeço da linguagem, seus equívocos mais banais, seus tropeços menos perceptíveis (RIVERA, 2005).

É seguindo este descompasso que, ao nos debruçarmos sobre o texto, nos tornaremos famintos, devoradores insaciáveis, valorizando o que foi dito de forma banal, o tropeço e o singelo deslize da linguagem. Trabalhar com a fala em todos os seus elementos linguísticos passa pelo reconhecimento de que em cada um deles há uma ponta, um traço do inconsciente; é preciso exercer uma mendicância de significados recolhendo cada pedaço de fala e fazer dele um valioso ingrediente, já que “[...] em panela de pobre tudo é tempero” (ROSA, 1984, p. 75).

A INVENÇÃO DA TERCEIRA MARGEM DO RIO

No conto “A terceira margem do rio” (ROSA, 1972) o enredo é circunscrito em torno da decisão de um personagem, denominado apenas como pai, de se afastar do convívio familiar passando a habitar dentro de uma canoa em um rio. Assim começa o conto:

Nosso pai era homem cumpridor, ordeiro, positivo; e sido assim desde mocinho e menino, pelo que testemunharam as diversas sensatas pessoas, quando indaguei a informação. Do que eu mesmo me alembro, ele não figurava mais estúrdio nem mais triste do que os outros conhecidos nossos. Só quieto. Nossa mãe era quem regia, e que ralhava no diário com a gente – minha irmã, meu irmão e eu. Mas se deu que, certo dia, nosso pai mandou fazer para si uma canoa (ROSA, 1972, p. 36).

Toda a narrativa é feita pelo personagem denominado apenas como filho que lança o seu olhar em todas as direções possíveis verificando o que aquela decisão havia provocado. Porque ela destoava do que era comum ou familiar, daquilo que fosse possível e passível de ser explicado; e principalmente da própria maneira de ser deste pai que foi a princípio descrito como alguém “[...] cumpridor, ordeiro, positivo [...]” (ROSA, 1972, p.32).

Esse intento de habitar fora do espaço familiar e no meio do rio, em uma canoa sem movimento, surgiu sem nenhum motivo aparente que tivesse sido afirmado no texto pelos personagens; fato este apenas relatado sob a ótica de personagem denominado filho.

Seguindo a obra, o pai, como sempre, indiferente aos protestos e aos julgamentos dos outros personagens seguiu firme no seu propósito. Sua decisão causou um misto de indignação e mistério tanto na família quanto na comunidade local, ficando explícita a intenção dele em permanecer em um lugar onde o acesso de outras pessoas não seria possível pelos meios que ele havia utilizado; e em um lugar onde, apesar de permitir que ele fosse visto, não permitia o acesso de outras pessoas.

A solidão e a incerteza de ser visto emergem nas entrelinhas como um dito silencioso que incomodava severamente as pessoas, atitude que, segundo o filho, causava espanto. E diante da possibilidade de se fazer algum registro daquele feito, o pai elaborava sua rota de fuga que era inacessível a quem estivesse disposto a empreender alguma captura estática do seu modo cambiante de ser. Em várias partes do texto são formuladas possíveis explicações para esta atitude do pai; para aqueles de fora do núcleo familiar a decisão poderia ter sido motivada por ato de fé, por um estado de loucura ou de doença.

Ao que nos parece a explicação pelo viés da suposta "doideira" foi a que prevaleceu, pelo menos sob o olhar do filho e narrador. Quando se aplicava um sentimento de culpa, mesmo sem saber por qual motivo, ele se questionava sobre a sua responsabilidade diante do ocorrido com o pai. Este sentimento poderia também corresponder a um mal-estar decorrente da falta de significados para recobrir aqueles fatos (CARDOSO, 2013).

Mesmo explicitando indignação e protesto, percebe-se uma certa convivência por parte do filho e da mãe para com aquela atitude do pai; esta convivência pode ser atestada pelo fato de que o filho se encarregava de dispor a cada dia mantimentos para garantir o alimento para o pai.

A transgressão do pai levou a mãe a recorrer às autoridades constituídas no sentido de desfazer aquele intento. Por sua vez, o filho consegue criar uma noção de temporalidade para a vida de todos a partir do afastamento do pai; no seu relato a irmã se casou, teve filho e a mãe estava envelhecida. Mas era uma noção de tempo

em que não cabiam os fatos e o que eles suscitavam. Um desígnio seu, o de se manter no lugar onde sempre esteve enquanto filho mais velho, é atribuído à condição do pai.

O desfecho do conto se dá quando o filho, temendo pela vida do pai que era idoso e vivia, segundo o próprio narrador, em condições adversas, resolve ocupar o seu lugar na canoa; neste sentido, vai até a margem do rio chamá-lo. Fatidicamente, quando o pai acenou com a possibilidade de concordar com a atitude do filho, este decaiu da proposta; afastou-se da margem para entrar num monólogo em torno de si mesmo e de sua nova condição.

PISTAS DO OBJETO COMO CAUSA

Não nos propomos a tecer explicações sobre o conto, muito menos a criar um entendimento que encerre a riqueza do que ele possa representar posto que a significação é tão diversa quanto as cores das galinhas, mas a cor do ovo é a mesma (ROSA, 1984). Na literatura psicanalítica, o conto tem sido objeto para pensarmos algumas pistas sobre o caráter da transmissão em psicanálise (AZEVEDO, 2001), sobre os avatares do luto e da melancolia (MAGALHÃES, 2015).

No presente artigo, interessa-nos extrair dele elementos que possam ilustrar o desejo como causa do sujeito inconsciente, tomando as pistas deixadas pelo próprio autor.

O título do conto desperta a curiosidade e incita à criação de um lugar antes não pensado; além de uma margem à direita e outra à esquerda, a terceira é suposta, nunca vista e, como propõe Rivera (2005, p.89), “[...] delineia um sumidouro, um ponto em que o rio se dobraria sobre si mesmo, mas não constrangido a fluir, por mais caudalosamente que fosse, entre duas margens inexoráveis”.

Criar uma margem nestas condições supõe o desejo de não se colocar na terra firme daquelas margens que se mostram possíveis, porque já se encontram sujeitas à uma existência pré-determinada restando ao sujeito se deixar enquadrar, estar à direita ou à esquerda. Rompendo com esta perspectiva o pai “[...] não tinha ido a nenhuma parte. Só executava a invenção de se permanecer naqueles espaços do rio, de meio a meio, sempre dentro da canoa, para dela não saltar nunca mais” (ROSA, 1972, p.32). Ao ser constituída, esta terceira margem aponta para a existência de outra lógica além do que é tratado pela linguagem; e neste lugar que não existe, mas é suposto, temos analogamente o lugar do inconsciente e do desejo.

Contra-pondo-se ao cognoscível o sujeito emerge no escoamento da razão e no apagamento da consciência; na destituição da "mentira por verdade" (ROSA, 1972) instituída pela consciência. Pois assim é o inconsciente para Freud: mesmo quando é negado configura uma manifestação, posto que "a negação é uma forma de tomar conhecimento do que foi reprimido" (FREUD, 1925/2011, p.277).

Onde estão os rastros do inconsciente neste conto? Por que a ruptura com o convívio familiar? O que motivou a decisão do pai em habitar na canoa deslizando pelo rio? Não há uma menção explícita que sugira o desvelamento do este motivo. Mas a obra deixa antever algo que tornava impossível aquela convivência, algo que só pela presença em extimidade do pai poderia continuar se sustentando. Isto comparece no texto quando há menção de que o pai "[...] avistado e diluso, cruzando na canoa [...]" (ROSA, 1972, p.34), o pai permanecia "[...] sem deixar ninguém se chegar à pega ou à fala" (ROSA, 1972, p.34).

O primeiro elemento que o conto nos convoca a interrogar, na medida em que provoca a estranheza de um deslocamento para um lugar impossível, é "o que é um pai?"

Essa pergunta encontra-se na origem mesma da psicanálise, desde o momento em que Freud passa a ouvir as históricas da era vitoriana e a recolher os inúmeros relatos em que o pai aparecia como o agente da sedução, o pai abusador (ou na variação do dialeto obsessivo, o pai como ameaçador). A psicanálise nasce no momento em que Freud, recorrendo também aos seus próprios conteúdos oníricos, se dá conta de que está diante de algo que é da ordem da fantasia (FREUD, 1897/1980).

O pai como figura de potência surgiria na fantasia do filho como aquilo que simbolizaria o lugar da lei. É essa elaboração que leva Freud a propor a construção do conceito de Complexo de Édipo. Nele, o pai seria aquele que impede ao filho o acesso incestuoso à mãe, instaurando assim o fundamento mínimo da cultura. Vale ressaltar, ainda, que é essa mesma lei proferida pelo pai que, paradoxalmente, também abre para o menino a via da masculinidade, pois que se a mãe é interdita para o filho, é assim que ele pode vir a ter o acesso à todas as outras mulheres.

O pai como agente da lei também está no cerne dos interesses do estudo de Jacques Lacan que retomou o Édipo freudiano extraindo daí o que é da ordem da estrutura. No Seminário, O livro 5 (LACAN, 1957-58/1999) temos uma elaboração que

vai apontar para o lugar ocupado pelo pai em termos de função. Já não se trata mais da pessoa do pai da realidade, mas do suporte de uma lei simbólica que se dirige concomitantemente à mãe e ao filho: para a primeira – “tu não reintegrarás o produto do teu ventre”; para o segundo – “tu não te deitarás com tua mãe”.

Assim, o pai surge diferenciado em suas dimensões imaginária, simbólica e real, sendo que é na dimensão simbólica, como Nome-do-Pai que ele se coloca como conferindo autoridade à lei. Tomar o Édipo enquanto arranjo simbólico talvez é o primeiro passo que vai permitir à Lacan re-situar o lugar o pai na constituição do sujeito.

Ainda no seminário 5 (Lacan, 1957-58/1999), Lacan afirma, retomando os termos de Freud em Totem e Tabu, que o pai que promulga a Lei é o pai morto. Ou seja, é como símbolo de sua ausência que o pai opera, e não como presença material. Essa potência do símbolo de dá devido ao fato de que é pelo dizer da mãe que o filho pode vir a deduzir que o pai responde pelo desejo desta.

No conto em questão, temos a primeira pista acerca do desejo da mãe como voltado para o pai a partir da reação de estranhamento e raiva em que ela “[...] jurou muito contra a ideia” (ROSA, 1972, p.32). O incômodo enunciado por ela era de que agora ele “[...] que nessas artes não vadiava, se ia propor agora para pescaria e caçadas?” (ROSA, 1972, p.32). A mãe aponta seu desejo para o pai, mas este, por sua vez, faz enigma ao indicar um desejo orientado para fora dos domínios da mãe. Sua última fala no texto expressou uma posição que atribui ao pai uma sentença que ele mesmo já havia tomado por decisão, a do distanciamento daquele núcleo familiar: “Cê vai, ocê fique, você nunca volte!” (ROSA, 1972, p.32).

O significante canoa foi, de imediato, associado à vadiagem e à fuga das responsabilidades que o pai deveria assumir enquanto provedor do lar. Seguindo outra via ele “[...] entrou na canoa e desamarrou a remar. E a canoa saiu-se indo – a sombra dela por igual, feito um jacaré, comprida longa” (ROSA, 1972, p.33).

Fora desta representação, a canoa representava o lugar de afirmação do desejo singular quando suas medidas não ultrapassavam o necessário para que ali coubesse apenas o pai; elas representavam uma sombra que delimitava o seu lugar, apenas. Pois o pai “[...] “encomendou a canoa especial, de pau vinhático, pequena, mal com a tabuinha de pôpa, como para caber justo o remador” (ROSA, 1972, p.32).

Concomitantemente a canoa e o rio configuravam um lugar, mas o que prevalece é a estranheza da sua inexistência; uma margem no meio que somente

existiu para aquele que a concebeu como lugar para se afirmar e estar longe dos outros.

Segundo Rivera (2005, p.84), ao embarcar na canoa, o pai se inscreve mais fortemente, assume sua "sina de existir" em uma navegação constante, uma perpétua travessia que traça no rio caudaloso uma escrita errática. E assim "não pojava em nenhuma das duas beiras, nem nas ilhas e croas do rio, não pisou mais em chão nem capim" (ROSA, 1972, p. 34).

Aquilo que causava também remetia a algo recalcado que fora expresso no pai, porque segundo o filho:

Nós, também, não falávamos mais nêle. Só se pensava. Não, de nosso pai não se podia ter esquecimento; e, se, por um pouco, a gente fazia que esquecia, era só para se despertar de novo, de repente, com a memória, no passo de outros sobressaltos (ROSA, 1972, p. 35).

Que lógica explicaria aquela decisão? Algo permaneceu inominado ao longo da narração e mesmo assim existiu causando de alguma forma seus personagens; e mesmo na contrariedade de não saber o porquê, "a gente teve de se acostumar com aquilo. Às penas, que, com aquilo, a gente mesmo nunca se acostumou, em si, na verdade" (ROSA, 1972, p. 34).

A causa desse ato do pai não fica explícita, mas há algo da ordem do suposto que, mesmo sendo desconhecido aponta para a escolha do pai em direção a um afastamento da cultura e dos seus laços. E

Mesmo quando foi, não faz muito, dos homens do jornal, que trouxeram a lancha e tencionavam tirar retrato dele, não venceram: nosso pai se desaparecia para a outra banda, aproava a canoa no brejão, de léguas, que há por entre juncos e mato, e só ele conhecesse, a palmas, a escuridão daquele (ROSA, 1972, p. 34).

Nesse ponto podemos nos perguntar: quem é o sujeito desse discurso? Quem é que situa o lugar do pai como exilado da cultura? A resposta pode ser encontrada no fato de que o conto é narrado pelo filho mais velho. É o discurso deste que toma como centro do enredo o pai e sua decisão de ir morar em uma canoa dentro de um rio; para o filho "a estranheza dessa verdade deu para estarrecer de todo a gente. Aquilo que não havia, acontecia" (ROSA, 1972, p.33).

Este pai não tem nenhuma fala registrada ao longo do texto, mas, o que ele expressa é mediado pelos significantes do filho, mesmo quando recorre ao lugar discursivo da mãe e de outros personagens secundários representados de forma indeterminada. Assim, um conto narrado pressupõe um olhar interlocutor que se propõe a guiar o leitor entre fatos, personagens e significações. Poucas vezes este direcionamento é assumido ou sequer citado textualmente; cabendo ao leitor, como propõe es (2011), exercer esta suspensão do dito e tentar quebrar sua totalidade linear.

Portanto, podemos deduzir daí que ao invés de um discurso sobre o que aconteceu ao pai, o que temos é uma produção simbólica sob o olhar de um outro, o filho a quem foi dada a condução da narrativa. A partir do ponto em que adotamos essa perspectiva, podemos começar a nos perguntar o que o conto diz, não exatamente do desejo do pai, mas daquilo que o filho tenta esboçar desse desejo para aí vir a alojar o seu. Ao tentar explicar esse desejo

[...] todos pensaram de nosso pai a razão em que não queriam falar: doideira. Só uns achavam o entanto de poder também ser pagamento de promessa; ou que, nosso pai, quem sabe, por escrúpulo de estar com alguma feia doença, que seja a lepra, se desertava para outra sina de existir, perto e longe de sua família dêle (ROSA, 1972, p.33);

No relato do filho, antes de embarcar o pai “espiou manso para mim, me acenando de vir também, por uns passos” (ROSA, 1972, p. 33). Podemos extrair daí algo do desejo do próprio filho em se lançar na empreitada do pai, pois que em outro trecho isso é explicitamente enunciado pelo narrador: “O rumo daquilo me animava, chega que um propósito perguntei: - Pai, o senhor me leva junto, nessa sua canoa?” (ROSA, 1972, p. 32).

Mas, o aceno foi interdito pela mãe e sua atitude reprovadora daquele ato, daquele pai e daquela canoa. O filho deduz, portanto, que o desejo do pai seria de levá-lo junto, mas estanca neste ato ao ser impedido pela mãe: “ela que não quer que eu vá”. Logo, uma dedução também do seu próprio lugar no desejo da mãe.

Sem o consentimento presumido da mãe, coube ao filho uma resignação inicial diante de algo que não foi nominado, segundo o que se poderia entender pelo seguinte pensamento: “Temi a ira de nossa mãe, mas obedeci, de vez de jeito” (ROSA, 1972, p. 33). Esse interdito comparece também na fala seguinte: “Eu nunca podia querer me

casar. Eu permaneci com as bagagens da vida. Nosso pai carecia de mim, eu sei – na vagação, no rio do êrmo – sem dar razão de seu feito” (ROSA, 1972, p.36)

Os discursos da ciência e da religião são convocados para nominar a atitude do pai; no entanto o que prevaleceu foi o discurso que encerrou este personagem como louco ao ponto que, após esses eventos, ninguém poderia mais ser chamado de louco ou, se o fosse, seriam todos. Com a destituição do pai, da sua condição e do seu lugar naquela família, a mãe se encarregou de substituí-lo nas funções que supostamente lhe seriam atribuídas; nesse intuito

Mandou vir o tio nosso, irmão dela, para auxiliar na fazenda e nos negócios. Mandou vir o mestre, para nós, os meninos. Incumbiu ao padre para que um dia se revestisse, em praia de margem, para esconjurar e clamar nosso pai o dever de desistir da tristonha teima. De outra, por arranjo dela, para medo, vieram dois soldados. Tudo o que não valeu de nada (ROSA, 1972, p.34).

Criou-se, a partir de então, um significante mestre (louco) para representar um sujeito (pai) a um outro significante qualquer (filho, mãe, padre, policial). No entanto, conforme relato do filho “na nossa casa, a palavra doido não se falava, nunca mais se falou, os anos todos, não se condenava ninguém de doido” (ROSA, 1972, p.36)

Sua menção iria reger a produção discursiva sobre o sujeito recalçando a sua falta constitutiva e o seu desejo. E assim, “aquilo que não havia, acontecia” (ROSA, 1972, p. 34). Pela presença da ausência do pai um discurso ordenador se institui. No curso narrativo, o ato do pai é simbolizado como “doideira”, como uma insubordinação às leis e à cultura instituída; entretanto, no mesmo texto encontramos elementos que apontam para uma divergência desta opinião por parte do filho. Do lugar em que se encontra fixado em terra firme, o filho passa a dedicar-se a manter o pai em seu exílio: assegurava suprimentos ao pai e surpreso ficou ao saber que a mãe, à sua maneira, consentia. Aquele que estava longe, na sua margem de sustentação subjetiva, causava os que haviam ficado nos seus lugares. Segundo o filho

[...] um tanto de comida furtada [...]. Isso, que fiz, e refiz, sempre, tempos a fora. Surprêsa que mais tarde tive: que nossa mãe sabia dêsse meu encargo, só se encobrando de não saber; ela mesma deixava, facilitado, sobre de coisas, para o meu conseguir (ROSA, 1972, p.34).

Na tentativa de lidar com o desejo, a estratégia adotada é a evitação; o filho afirma: “[...] no que queria, e no que não queria, só com nosso pai me achava: assunto que jogava para trás meus pensamentos” (ROSA, 1972, p. 34).

Quando se viu sozinho na casa, o filho racionaliza sua condição à luz de uma preocupação com o pai, com sua condição de estar idoso e não ter outra pessoa que o amparasse. Sob o seu olhar, “os tempos mudavam no devagar depressa dos tempos” (ROSA, 1972, p.35). É o olhar do pai que vem conferir uma dada consistência ao enigma do desejo. No entanto, pelos desenvolvimentos posteriores do conto e recorrendo ao conceito de “pulsão”, podemos romper com a linearidade narrativa e situar esta atitude como estando referida a algo do próprio desejo do filho (ou a renúncia a ele), confortavelmente assumida pela condição de se responsabilizar, de algum modo, pelo sustento do pai; é aqui que se apontam alguns traços da identificação melancólica do filho

Isto se fez representado pela afirmação de que ele nunca poderia querer se casar; esta fala evidencia um pensamento consciente falho desfeito pelo ato de permanecer com as bagagens da vida e de colocar a demanda do outro, a demanda do pai, como sua responsabilidade; “Nosso pai carecia de mim, eu sei - na vagação, no rio no ermo - sem dar razão de seu feito” (ROSA, 1972, p. 36).

Para Lacan (1964-1998) a pulsão se caracteriza por um movimento de circuito, de vai e vem em torno do cavo que contorna as zonas erógenas, ao mesmo tempo em que circunda o ponto da linguagem onde comparece um furo no simbólico. Assim, a pulsão parte de uma fonte no corpo em direção ao outro, onde visa encontrar o objeto que pudesse vir a satisfazê-la. Como essa satisfação é sempre parcial e, além disso, contrasta com a exigência da pulsão, que é uma força constante, o movimento sofre uma espécie de torção, fazendo com que um dos destino da pulsão seja, como já apontou Freud (1911/1913- 2010) “o retorno sobre a própria pessoa”.

Na verdade, para Lacan (1964-1998, p.169) esse ponto de torção corresponde ao surgimento do sujeito:

Isto é, o aparecimento de *ein neues Subjekt* que é preciso entender assim – não que ali já houvesse um, a saber, o sujeito da pulsão, mas que é novo ver aparecer um sujeito. Esse sujeito, que é propriamente o outro, aparece no que a pulsão pôde fechar seu curso circular.

É assim que em sua fantasia, o filho constrói uma saída para a questão: ocupar o lugar do pai na canoa. Pagar a dívida do pai, em um suposto cumprimento de algo,

um tanto, que a ele agora caberia, pois, o pai havia feito a parte dele. De onde viria aquele intento? "Eu estava muito no meu sentido" (ROSA, 1972, p. 37). Mas o sentido sintomático engana e, no vacilar da iminência do ato, surge a hiância onde pode se colocar a verdadeira questão que enlaça o sujeito ao seu desejo: "Sou homem, depois desse falimento?" (ROSA, 1972, p. 37). Hiância que se abre para logo em seguida se fechar no silenciamento: "Sou o que não foi, o que vai ficar calado" (ROSA, 1972, p. 37). Quietos, como pai. Sendo, não sendo.

O QUE RESTOU NA MARGEM, O PAI E O FILHO

No conto "A terceira margem do Rio" esta produção circunda um incômodo representado pelo ato do pai, interpretado pela família segundo o relato do personagem filho, como uma "desrazão". No entanto, para a psicanálise é o objeto como resto da cadeia simbólica que comparece orientando os caminhos por onde o sujeito se constitui, a partir do laço pulsional e seu circuito na relação com o outro. Mas será que o que está em jogo aqui não seria um desejo de não desejar?

A personagem que narra o conto e que manifesta esse incômodo é o filho, cuja fala porta significantes que apontam para um "falimento" em ser homem. O "tornar-se homem" é aquilo que o Complexo de Édipo prescreve para o menino. Uma vez feita sua travessia, ele sai do outro lado com as ferramentas que lhe permitirão assumir o seu desejo (LACAN, 1957/1958 - 1999).

No entanto, esse percurso não é sem intercorrências. Na "terceira margem" depreendemos que aquilo que está em jogo é o que causa o filho, a questão do que é ser homem; e neste jogo simbólico o pai não é suficiente para lhe transmitir como chegar a essa condição; nesse ponto onde o desejo comparece representado por um não dito, um impossível de ser nomeado, o sujeito constitui seu sintoma: pagar a dívida do pai, assumindo seu lugar na canoa.

Podemos também entender o momento em que o filho vacila e recua desse destino funesto como equivalente àquele que abre a oportunidade para uma análise. O analista fazendo-se de receptáculo para esse "resto" permite que o desejo possa vir a ser efetivamente nomeado, para além do pai, com a condição de servir-se dele (LACAN, 1953-2007). Deixar-se perder as próprias ideias, despojar-se do suposto

saber ancorado na ilusão da consciência; trocar o saber pela *sabença*, este é o saber que se produz quando se lê os *restros* e *nequícios*.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. V. A partir de "A terceira margem do rio": algumas considerações sobre transmissão em psicanálise. *Ágora* (Rio J.) vol.4 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982001000200005. Acesso em Nov. 2020, 2.
- CAMPOS, M. G.; CASTRO, J. E. Freud e a psicanálise. *Psicanálise & Barroco em revista*. v.12, n.1: 59-73, jul 2014. Disponível em: <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revista-v-12-n-01>. Acesso em Ago. 2020, 21.
- BARTHES, R. *Análise estrutural da narrativa*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARDOSO, N. M. *O mal-estar em Guimarães Rosa. Os empecilhos da cultura encenados nas famílias rosianas: a tragicidade da constituição cultural*. 2013, 109 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.
- FINK, B. *O sujeito lacaniano – entre a linguagem e o gozo*. Tradução de M^a de Lourdes Sett Câmara. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998.
- FLEM, L. *O homem Freud – o romance do inconsciente*. São Paulo: Campus; 1994.
- FREUD, S. (1897). Carta 69 a Fliess. In: *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887/1904)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. I Rio de Janeiro, Imago, 1980.
- FREUD, S. (1900-1901) *A interpretação dos sonhos II e Sobre os Sonhos*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. V. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2001.
- FREUD, S. (1911-1913) *Obras Completas Volume X. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 111-45.
- FREUD, S. (1925). *O ID e o Eu – autobiografia e outros textos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LACAN, J. (1959/1960). *O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, J. (1953) *O seminário, Livro 23: O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- LACAN, J. (1954-1955) *O seminário: livro II: o eu na teoria de Freud e na técnica psicanalítica*. Trad. Marie-Christine Laznik Penot. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LACAN, J. (1957/1958) *O Seminário. Livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LACAN, J. (1960) Posição do Inconsciente. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. (1964) *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

MAGALHÃES, M. U. B. Os estados de luto e melancolia no conto “A terceira margem do rio”. *Litterata*. Ilhéus. Vol. 5/1 | jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/issue/view/95>. Acesso: Set. 2020, 26.

RIVERA, T. *Guimarães Rosa e a psicanálise – ensaios sobre imagem e escrita*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2005.

ROSA, G. *Grande sertão: Veredas*. José Olympio Editora; São Paulo, 1956.

ROSA, G. (1962). A Terceira Margem do Rio. IN: *Primeiras Estórias*. Coleção Folha – Grandes Escritores Brasileiros. Rio de Janeiro: MEDIAfashion; 1972, p.36-42.

ROSA, G. *Sagarana*. Nova Fronteira editora: Rio de Janeiro, 1984.

ROUANET, S. P. *A razão cativa – as ilusões da consciência de Platão a Freud*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

THE REST AS A CAUSE OF DESIRE IN THE WORK “THE THIRD BANK OF RIVER”

ABSTRACT

This essay proposes to discuss the rest as a cause of desire, taking Guimarães Rosa's work "The third bank of the river" as a path. Its texture is organized on the margin where literature and psychoanalysis are found, an articulation that is present in the referred work where desire and a rest are at stake, as the cause of that desire, which is unable to be completely covered by language. There is no intention to explain the story, on the contrary, the perspective is to explore the richness of what it can represent, extracting from it meanings that can illustrate the desire as the cause of the unconscious subject.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Wish. Cause. Language Arts. Literature.

LE RESTE COMME CAUSE DE DÉSIR DANS L'OEUVRE «LA TROISIÈME RIVE DU FLEUVE»

RÉSUMÉ

Cet essai propose de discuter du reste comme cause du désir, en prenant l'oeuvre de Guimarães Rosa "La troisième rive du fleuve" comme chemin. Sa texture s'organise en marge où se trouvent la littérature et la psychanalyse, articulation qui est présente dans l'oeuvre référée où le désir et le repos sont en jeu, comme cause de ce désir, qui ne peut être complètement couvert par le langage. Il n'y a aucune intention d'expliquer l'histoire, au contraire, la perspective est d'explorer la richesse de ce qu'elle peut représenter, en en extrayant des significations qui peuvent illustrer le désir comme cause du sujet inconscient.

MOTS-CLÉS: Psychanalyse. Souhait. Cause. Arts du langage. Littérature.

RECEBIDO EM 21/01/2021

APROVADO EM 09/03/2021

© 2020 Psicanálise & Barroco em revista

<http://www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/index>
revista@psicanalisebarroco.pro.br

Departamento de Fundamentos da Educação – DFE/UNIRIO